



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO GM S.A.

EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	4
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇOS PATRIMONIAIS	12
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	14
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	15
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	17

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

1. CONTEXTO OPERACIONAL	18
2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	19
4. DISPONIBILIDADES	24
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	24
6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	26
7. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO	29
8. OUTROS ATIVOS – ANTECIPAÇÕES E ATIVOS NÃO FINANCEIROS À VENDA	30
9. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS	31
10. ATIVO IMOBILIZADO	31
11. DEPÓSITOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	32
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32
13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS	35
14. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	36
15. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS	36
16. RENDAS ANTECIPADAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	38
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38
18. RENDAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	38
19. DESPESA DE PESSOAL.....	39
20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	39
21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	39
22. PROVISÕES	40
23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	40
24. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	40
25. PARTES RELACIONADAS	41
26. GERENCIAMENTO DE RISCO	42
27. ÍNDICE DE BASILEIA	45
28. OUTROS ASSUNTOS	46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e do semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais foram adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

Avaliação do Resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$ 10.699 milhões (R\$ 8.082 milhões em 31 de dezembro de 2022). O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 2.755 (R\$ 2.779 milhões em 31 de dezembro de 2022) e os Ativos totalizaram R\$ 13.762 milhões (R\$ 10.840 milhões em 31 de dezembro de 2022). O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2023 foi de 26,24% (34,20% em 31 de dezembro de 2022).

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Detroit-EUA, o Banco GM S.A., possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos.

As informações sobre a estrutura de gerenciamento dos riscos encontram-se disponíveis em nosso portal www.chevroletsf.com.br, e são distribuídas ao público de relacionamento do Banco.

Ouvidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.860/20 e nº 4.859/20.

São Paulo, 14 de março de 2024.

A Administração.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento ao disposto no Art. 15, da Resolução CMN nº 4.910/21, divulgamos o resumo do relatório semestral do Comitê de Auditoria, juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do conglomerado econômico-financeiro da Chevrolet Serviços Financeiros, composto por Banco GM S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

O período de referência do documento é o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Comitê de Auditoria foi instalado em 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GM S.A. e atua como órgão único para a Chevrolet Serviços Financeiros.

As reuniões do Comitê de Auditoria com a auditoria independente, com a auditoria interna e com a diretoria da instituição ocorreram em 13 de dezembro de 2023 e em 14 de março de 2024 tendo o conteúdo de tais encontros devidamente formalizados em atas.

Na reunião de 14 de março de 2024, o Comitê de Auditoria avaliou as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 31 de dezembro de 2023 sem que se tenham registrado observações relevantes em relação a esses documentos.

Na ocasião, o Comitê de Auditoria também assumiu a responsabilidade pela avaliação dos seguintes documentos:

- Relatório semestral qualitativo e quantitativo referente às atividades desenvolvidas pela ouvidoria (data-base 31 de dezembro de 2023), conforme determinações da Resolução nº 4.860/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução do Banco Central nº 28/2020.
- Relatório anual de avaliação de efetividade da política, dos procedimentos e dos controles internos de prevenção à prática dos crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores e de financiamento ao terrorismo, em atendimento às disposições da Circular do Banco Central nº 3.978/2020;
- Relatório anual de auditoria interna (data-base 31 de dezembro de 2023); e
- Plano anual de auditoria interna para o ano de 2024, ambos em cumprimento à Resolução nº 4.879/2020 do Conselho Monetário Nacional.

Em termos de efetividade das auditorias independente e externa, o Comitê de Auditoria considera que os trabalhos foram desempenhados de maneira satisfatória, estando adequados à complexidade e ao porte da instituição.

Ao longo do exercício de 2023, o Comitê de Auditoria acompanhou a condução dos trabalhos realizados pela auditoria interna cumprindo o plano estabelecido para o exercício. A avaliação resultou positiva em termos de cobertura e de qualidade.

As recomendações feitas pelos auditores independentes e internos foram integralmente atendidas por meio de proposição de planos de ação corretivos, com designação de responsáveis pela(s) implementação(ões) e data de conclusão esperada.

Não houve, portanto, recomendação que não tenha sido acatada no período.

Não há razões que nos levem a crer que a Diretoria adotará postura distinta em relação às eventuais recomendações que podem resultar dos trabalhos da auditoria independente a serem brevemente informadas à Diretoria para conhecimento e ação.

Por fim, os trabalhos das auditorias independente e interna não trouxeram ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência de riscos residuais que pudessem afetar a solidez e a continuidade da GM Financial Brasil.

Ao longo do exercício de 2023, não se identificaram instâncias que potencialmente afetassem a objetividade e a independência das equipes de auditoria.

No que se refere à avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos aplicados são eficazes e conferem transparência e confiabilidade às demonstrações financeiras da GM Financial Brasil, aprovando, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. referentes à data-base de 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 14 de março de 2024.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas do

Banco GM S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GM S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A diretoria exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2023, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 10.698.763 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 239.836 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela diretoria em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Divulgação e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa 15, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de provisão para contingências prováveis é de R\$ 878.619 mil.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da diretoria do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco para 30 de junho de 2023 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Analizamos as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as probabilidades de perdas, as estimativas de valores, as provisões e divulgações preparadas pela diretoria, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fabricio Pimenta', is written over a faint, light blue grid background.

Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC SP-241659/O

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2023	2022
CIRCULANTE		6.521.988	4.881.278
Disponibilidades	4	4	6
Instrumentos Financeiros		6.351.724	4.765.968
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	406.800	321.793
Títulos e Valores Mobiliários	5b	122.394	102.964
Operações de Crédito	6a	5.891.783	4.438.439
Operações de Crédito - Setor Privado		5.504.906	4.047.876
Operações de Crédito - Vinculadas à Cessão		386.877	390.563
Operações de Arrendamento Mercantil	6b	51.531	31.983
Operações de Arrendamento - Setor Privado		51.531	31.983
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6h	(120.784)	(129.211)
(-) Operações de Crédito		(120.518)	(129.035)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil		(266)	(176)
Outros Ativos		170.260	115.304
Diversos	7	83.755	42.825
Ativo Fiscal Corrente	7	77.880	61.097
Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda	8a	3.757	7.407
Despesas Antecipadas	8b	4.868	3.975
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.340.526	5.185.117
Instrumentos Financeiros		4.636.397	3.482.370
Operações de Crédito	6a	4.733.544	3.586.596
Operações de Crédito - Setor Privado		4.733.544	3.581.468
Operações de Crédito - Vinculadas à Cessão		-	5.128
Operações de Arrendamento Mercantil	6b	21.905	25.456
Operações de Arrendamento - Setor Privado		21.905	25.456
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6h	(119.052)	(129.682)
(-) Operações de Crédito		(118.939)	(129.542)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil		(113)	(140)
Outros Ativos		972.754	946.885
Diversos	7	968.844	946.885
Despesas Antecipadas	8b	3.910	-
Ativo Fiscal Diferido	7	731.375	755.862
PERMANENTE		899.901	773.442
Investimentos		887.329	758.714
Participações em Controladas no País	9	887.329	758.714
Imobilizado de Uso	10	12.572	14.728
Outras Imobilizações de Uso		30.408	32.148
(-) Depreciações Acumuladas		(17.836)	(17.420)
TOTAL DO ATIVO		13.762.415	10.839.837

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Continuação

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	2023	2022
CIRCULANTE		5.679.285	3.017.998
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	11	5.317.893	2.728.795
Depósitos		3.201.142	1.538.560
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		2.116.751	1.190.235
Outras Obrigações		361.392	289.203
Obrigações Fiscais Correntes	14	23.931	42.196
Diversas	13	337.461	247.007
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		5.328.605	5.042.500
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	11	3.723.936	3.649.511
Depósitos		436.763	686.223
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		3.287.173	2.963.288
Provisões	15	878.619	856.467
Obrigações Fiscais Diferidas	14	232.210	219.833
Outras Obrigações		205.857	283.200
Diversas	13	205.857	283.200
Rendas Antecipadas de Operações de Crédito	16	287.983	33.489
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.754.525	2.779.339
Capital	17a	2.416.479	2.416.479
De Domiciliados no País		2.416.470	2.416.470
De Domiciliados no Exterior		9	9
Reserva de Lucros	17c	338.046	362.860
TOTAL DO PASSIVO		13.762.415	10.839.837

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação)

	Nota	2º Semestre	Exercícios	
		2023	2023	2022
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		984.855	1.820.769	1.360.754
Operações de Crédito	18	918.444	1.691.355	1.256.682
Operações de Arrendamento Mercantil	18	23.678	46.618	38.805
Rendas com Aplicações Financeiras	5a	33.715	63.366	54.535
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	5c	9.018	19.430	10.732
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(632.591)	(1.218.587)	(1.054.627)
Operações de Captações no Mercado	11c	(504.647)	(941.020)	(716.132)
Operações de Arrendamento Mercantil	18	(20.060)	(39.105)	(32.462)
Operações de Vendas ou Transferência de Ativos Financeiros	6i	(26.528)	(55.923)	(36.589)
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6h	(81.356)	(182.539)	(269.444)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		352.264	602.182	306.127
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(101.921)	(201.012)	(119.959)
Rendas de Prestação de Serviços		27.073	50.961	50.875
Rendas de Tarifas Bancárias		45.530	79.781	50.349
Despesas de Pessoal	19	(80.523)	(159.276)	(157.631)
Outras Despesas Administrativas	20	(191.170)	(378.724)	(289.271)
Despesas Tributárias	24	(22.808)	(41.798)	(32.405)
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	70.586	128.615	150.506
Outras Receitas Operacionais	21	96.859	235.510	206.272
Despesas com Provisões	22	(32.591)	(62.253)	(47.314)
Outras Despesas Operacionais	23	(14.877)	(53.828)	(51.340)
RESULTADO OPERACIONAL		250.343	401.170	186.168
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		1.825	4.053	2.088
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		252.168	405.223	188.256
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12b	(4.544)	(36.213)	30.841
Provisão para Tributos Correntes		39.000	651	(23.445)
Provisão para Tributos Diferidos		(12.186)	(12.378)	(9.652)
Ativo Fiscal Diferido		(31.358)	(24.486)	63.938
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(21.757)	(36.305)	(38.989)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		225.867	332.705	180.108
Atribuível à Controladora		225.866	332.704	180.107
Atribuível aos Não Controladores		1	1	1
Quantidade de ações		1.141.400	1.141.400	1.141.400
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,20	0,29	0,16

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	2º semestre	Exercícios	
	2023	2023	2022
Resultado Líquido do Período	225.867	332.705	180.108
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	225.867	332.705	180.108
Atribuível à Controladora	225.866	332.704	180.107
Atribuível aos Não Controladores	1	1	1

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Legal	Outras		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		2.416.479	185.679	66.326	-	2.668.484
Resultado Líquido do Período		-	-	-	180.108	180.108
Destinação do Lucro:						
Reserva Legal		-	9.005	-	(9.005)	-
Reservas de Lucro		-	-	101.850	(101.850)	-
Juros Sobre Capital Próprio	17b	-	-	-	(69.253)	(69.253)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		2.416.479	194.684	168.176	-	2.779.339
Mutações do período		-	9.005	101.850	-	110.855
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		2.416.479	194.684	168.176	-	2.779.339
Resultado Líquido do Período		-	-	-	332.705	332.705
Destinação do Lucro:						
Reserva Legal	17c	-	16.635	-	(16.635)	-
Reservas de Lucro	17c	-	-	228.225	(228.225)	-
Juros Sobre Capital Próprio	17b	-	-	(68.547)	(87.845)	(156.392)
Dividendos	17b	-	-	(201.127)	-	(201.127)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		2.416.479	211.319	126.727	-	2.754.525
Mutações do período		-	16.635	(41.449)	-	(24.814)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2023		2.416.479	200.026	203.346	-	2.819.851
Resultado Líquido do Período		-	-	-	225.867	225.867
Destinação do Lucro:						
Reserva Legal	17c	-	11.293	-	(11.293)	-
Reservas de Lucro	17c	-	-	126.729	(126.729)	-
Juros Sobre Capital Próprio	17b	-	-	(68.547)	(87.845)	(156.392)
Dividendos	17b	-	-	(134.801)	-	(134.801)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		2.416.479	211.319	126.727	-	2.754.525
Mutações do período		-	11.293	(76.619)	-	(65.326)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2° Semestre 2023	2023	Exercícios 2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado Líquido Ajustado		433.081	881.130	646.259
Resultado Líquido Do Período		225.867	332.705	180.108
Depreciações e Amortizações Imobilizado em Uso	10	2.325	4.912	4.557
Depreciações e Amortizações Imobilizado Arrendamento		12.539	24.882	22.850
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	3f	6.661	13.096	8.522
Outras Despesas de Arrendamento		859	1.126	1.089
Resultado na Alienação de Imobilizado de Uso		(1.571)	(2.612)	245
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	(70.586)	(128.615)	(150.506)
Resultado na Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda		(116)	(1.163)	(2.160)
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6h	81.356	182.539	269.444
Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia	21	(29.284)	(60.544)	(53.817)
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5c	(9.018)	(19.430)	(10.732)
Juros apropriados de Depósitos		86.796	176.823	145.302
Juros apropriados de Obrigações por emissão de Letras Financeiras		250.452	508.637	359.872
Provisão para Riscos e Obrigações Legais	15b	30.470	50.027	35.328
Rendas Antecipadas de Operações de Crédito	16	(158.213)	(237.466)	(133.002)
Tributos Diferidos	12e	43.544	36.864	(54.285)
Provisão para Tributos Correntes	12b	(39.000)	(651)	23.444
Variação de Ativos e Obrigações		(359.096)	(438.462)	(1.070.070)
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários		-	-	56.221
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil		(1.879.704)	(2.856.989)	(1.257.111)
(Aumento) Redução em Outros Créditos		41.561	5.103	31.840
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		(383)	(4.803)	(461)
(Aumento) Redução em Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda		3.890	4.813	(3.657)
Aumento (Redução) em Depósitos		624.893	1.378.834	(1.033.517)
Aumento (Redução) em Obrigações por emissão de Letras Financeiras		621.349	923.900	1.094.669
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		24.446	(20.001)	61.414
Aumento (Redução) em Rendas Antecipadas		326.672	491.960	122.775
Juros Pagos de Depósitos		(33.506)	(142.535)	(57.764)
Juros Pagos de Obrigações por emissão de Letras Financeiras		(79.644)	(182.136)	(32.311)
Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(8.670)	(36.608)	(52.168)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais		73.985	442.668	(423.811)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Alienação de Imobilizado de Uso		3.563	5.788	396
Aquisição de Imobilizado de Uso	10	(2.927)	(5.932)	(6.796)
Investimento em Outras Empresas		-	-	248.480
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento		636	(144)	242.080
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(156.392)	(156.392)	(124.170)
Dividendos pagos		(134.801)	(201.127)	-
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento		(291.193)	(357.519)	(124.170)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) NAS ATIVIDADES		(216.572)	85.005	(305.901)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		623.376	321.799	627.700
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos		406.804	406.804	321.799
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(216.572)	85.005	(305.901)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco GM S.A., com sede administrativa na Avenida Indianópolis, nº 3.096, São Paulo-SP, Brasil, é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil. Suas atividades operacionais consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet.

O Banco tem como controladora final a General Motors Company, empresa com ações listadas na bolsa de Nova York e situada em Detroit, Michigan, Estados Unidos. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo Chevrolet Serviços Financeiros, as quais atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 02/20 foram incluídas, nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do período imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN.

- a) CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- b) CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- c) CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- d) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

- e) CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- f) CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- g) CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- h) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- i) CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- j) CPC 27 – Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- k) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20;
- l) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- m) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- n) CPC 47 – Receita de contrato com cliente – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21 (parcial);
- o) CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico (R2) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 14 de março de 2024.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada para risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 03 (R2), são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

d) Ativo circulante e realizável a longo prazo

Os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata temporis*” e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

e) Instrumentos Financeiros

i. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

ii. Operações de crédito

As operações de crédito estão apresentadas a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das receitas de juros.

iii. Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros prefixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao término do contrato, e são apresentadas pelo valor presente, conforme Resolução BCB nº 02/20. Os valores residuais garantidos das operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a vencer, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica “Valores residuais a balancear”, ambos no subgrupo de arrendamentos a receber.

iv. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a partir de 1 de janeiro de 2009, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo semestre seja improvável de ocorrer;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente à obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.

v. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

As provisões para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros ativos são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A carteira de crédito, contemplando as operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros ativos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Para as operações contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor superior a R\$ 50,00 é efetuada a avaliação por cliente das perdas prováveis associadas ao risco de crédito.

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso superior a 59 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociação de contrato em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

atraso acima de 59 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Ativo permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.
- O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, insuficiência de depreciação no montante de R\$ 13.096 (R\$ 8.522 em 31 de dezembro de 2022), classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava insuficiência de depreciação em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 22.839 (R\$ 18.822 em 31 de dezembro de 2022), classificada no imobilizado de arrendamento, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89, Pronunciamento Técnico CPC 27 e Resolução CMN nº 4.535/16.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias “*pro rata temporis*” e cambiais incorridos.

i) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, baseadas nos critérios definidos na Instrução Normativa BCB nº 319/2022 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre). A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

k) Partes Relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

l) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

m) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata temporis*” para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministério da Fazenda nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano; e
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

n) Resultado não Recorrente

De acordo com os critérios estabelecidos na resolução BCB nº 02/2020, a instituição deve evidenciar em nota explicativa, a natureza e o efeito financeiro dos eventos que deram origem ao resultado não recorrente devem ser evidenciados em notas explicativas.

Considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. DISPONIBILIDADES

Disponibilidades de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	2023	2022
Disponibilidades em Moeda Nacional	4	2
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	-	4
Total	4	6

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) As aplicações interfinanceiras de liquidez, apresentavam as seguintes composições:

	2023	2022
Aplicação de Mercado Aberto - LTN	106.663	101.757
Aplicação de Mercado Aberto - NTN	300.137	220.036
Total	406.800	321.793

No exercício foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 63.366 (R\$ 54.535 no exercício de 2022).

b) Valor justo dos Instrumentos Financeiros – Títulos e Valores Mobiliários

O Banco utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado para o ativo ou o passivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento	2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Cotas de Fundo de Investimento	-	122.394	-	122.394
Total	-	122.394	-	122.394

Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento	2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Cotas de Fundo de Investimento	-	102.964	-	102.964
Total	-	102.964	-	102.964

- c) Os Títulos e Valores Mobiliários são representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”) – Banco GMAC Financiamento a Concessionários. No exercício foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 19.430 (R\$ 10.732 no exercício de 2022).

O Fundo investido, administrado pela Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. e gerido pela Cultinvest Asset Management Ltda, iniciou suas operações em 10 de novembro de 2009, com prazo determinado de duração de 50 anos contados a partir da primeira data de emissão ou data em que a última série de cotas seniores for integralmente resgatada, o que ocorrer primeiro. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, celebrados entre o Banco e seus clientes, sendo esses direitos creditórios oriundos de financiamento de veículos.

O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade no médio e longo prazo para as cotas seniores e mezanino. Não existem atualmente cotas mezanino. As cotas subordinadas não possuem rentabilidade alvo, estando sua valorização condicionada à rentabilidade líquida do Fundo, já que se desconta a remuneração das outras classes de quotas.

Participação no patrimônio líquido do FIDC:

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Resolução CVM nº 175, o FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente. O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

As relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC, quais sejam:

	% em relação ao patrimônio líquido (a)
Cotas seniores	Máximo de 75%
Cotas subordinadas (i)	Mínimo de 25%

(i) Conforme o Regulamento do Fundo o somatório das cotas mezanino, se houver, e das subordinadas deverá ser equivalente a no mínimo 25% do patrimônio líquido do Fundo.

Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.

Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC:

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por tipo de operação:

Operações de Crédito	2023	2022
Empréstimos	97.707	87.985
Financiamentos	10.140.743	7.541.359
Financiamentos Cedidos com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios (i)	386.877	395.691
Operações de Arrendamento Mercantil	73.436	57.439
Total	10.698.763	8.082.474

(i) Devido à retenção substancial de riscos, um passivo é reconhecido em contrapartida ao ativo (nota 13).

b) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:

Operações de Arrendamento	2023	2022
Arrendamentos a Receber	82.539	65.640
Rendas a Apropriar	(82.511)	(65.374)
Valores Residuais a Apropriar	700	550
Valores Residuais a Balancear	(700)	(550)
Imobilizado de Arrendamento	73.986	57.712
Valor Residual Antecipado	(578)	(539)
Total	73.436	57.439

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

c) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:

Setor Privado	2023		2022	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pessoa Física	7.412.089	69,3%	5.879.294	72,7%
Outros Serviços	1.612.046	15,1%	1.517.801	18,8%
Comércio	1.660.330	15,5%	677.812	8,4%
Indústria	14.298	0,1%	7.567	0,1%
Total	10.698.763	100,0%	8.082.474	100,0%

d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros ativos, por prazo de vencimento:

Parcelas Vencidas	2023		2022	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Até 60 Dias	56.590	0,5%	48.891	0,6%
De 61 a 180 Dias	19.353	0,2%	20.644	0,3%
De 181 a 360 Dias	7.803	0,1%	10.552	0,1%
Total de Parcelas Vencidas	83.746	0,8%	80.087	1,0%
Parcelas a Vencer				
Até 180 dias	4.087.391	38,2%	2.926.595	36,2%
De 181 a 360 Dias	1.772.177	16,6%	1.463.740	18,1%
Acima de 360 Dias	4.755.449	44,4%	3.612.052	44,7%
Total de Parcelas a Vencer	10.615.017	99,2%	8.002.387	99,0%
Total	10.698.763	100,0%	8.082.474	100,0%

e) Concentração do risco de crédito:

Concentração:	2023		2022	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Maior Devedor	92.166	0,9%	99.277	1,2%
10 Maiores Seguintes	442.578	4,1%	333.230	4,1%
50 Devedores Seguintes	991.073	9,3%	674.313	8,3%
100 Devedores Seguintes	831.599	7,8%	529.062	6,5%
Demais Devedores	8.341.347	77,9%	6.446.592	79,9%
Total	10.698.763	100,0%	8.082.474	100,0%

f) Composição da carteira por indexadores:

Indexadores	2023		2022	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Prefixado	8.593.554	80,3%	6.770.112	83,8%
Pós-fixado	2.105.209	19,7%	1.312.362	16,2%
Total	10.698.763	100,0%	8.082.474	100,0%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

- g) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, outros ativos, e correspondente provisão para perda esperada associada para risco de crédito referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos:

Nível de Risco	Taxa de Provisão (%)	2023		2022	
		Total de Operações	Provisão Constituída	Total de Operações	Provisão Constituída
AA	0,0%	47.929	-	90.796	-
A	0,5%	8.758.889	43.794	5.399.601	26.998
B	1,0%	662.886	6.629	957.411	9.574
C	3,0%	807.121	24.214	1.061.335	31.840
D	10,0%	155.819	15.582	329.756	32.976
E	30,0%	147.531	44.259	96.083	28.825
F	50,0%	18.753	9.377	28.117	14.059
G	70,0%	12.845	8.991	15.848	11.094
H	100,0%	86.990	86.990	103.527	103.527
Total		10.698.763	239.836	8.082.474	258.893

- h) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

Provisões esperadas associadas ao risco de crédito	2º Semestre 2023	2023	2022
Saldo inicial	243.331	258.893	305.794
Constituição / (Reversão) de Provisões	81.356	182.539	269.444
Operações registradas como prejuízo	(84.851)	(201.596)	(316.345)
Saldo final	239.836	239.836	258.893
Créditos baixados como prejuízo	2º Semestre 2023	2023	2022
Saldo inicial	544.594	533.098	459.592
Operações registradas como prejuízo	(84.851)	(201.596)	(316.345)
Recuperação de créditos (nota 21)	24.555	55.393	62.800
Anistia de operações irre recuperáveis	46.519	143.922	327.051
Saldo final	530.817	530.817	533.098

As operações de crédito baixados para prejuízo são registradas em contas de compensação.

Os créditos renegociados totalizaram R\$ 35.989 (R\$ 29.659 em 31 de dezembro de 2022) apresentando saldo de provisão para perdas esperadas de R\$ 1.369 (R\$ 1.176 em 31 de dezembro de 2022).

- i) Cessão de crédito:

	2023	2022
Valor Presente de Contratos Cedidos Pela Taxa Original	85	1.241
Operações de Crédito FIDC	382.676	362.514
Obrigações Por Operações Cedidas (nota 13)	(377.103)	(357.092)
Provisão para Perdas Esperadas	(5.488)	(4.181)
Valor Presente de Contratos Cedidos a Outras Instituições	(195)	(2.251)
Operações de Crédito Outras Instituições	4.201	33.177
Obrigações Por Operações Cedidas (nota 13)	(4.375)	(35.239)
Provisão para Perdas Esperadas	(21)	(189)
Total	(110)	(1.010)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2º semestre	Exercícios	
	2023	2023	2022
Despesas Apropriadas por Operações de Financiamento Cedidas	26.528	55.923	36.589
Despesas de Operações Cedidas de FIDC	26.278	55.019	31.664
Despesas de Operações Cedidas a Outras Instituições	250	904	4.925

- j) A área de Riscos Corporativos é responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco de mercado das carteiras por meio do acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), avaliando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição. A Chevrolet Serviços Financeiros mensura o IRRBB utilizando a abordagem padronizada definida pelo Banco Central, conforme Circular nº 3.876/2018. Esta norma estabelece o cálculo de duas principais métricas, Δ EVE e Δ NII, que objetivam avaliar, por meio da análise de sensibilidade, os impactos de mudanças nas taxas de juros futuras no valor de mercado e no resultado da carteira detida pela Instituição, respectivamente.

Os cenários padronizados avaliados consideram a aplicação dos seguintes choques paralelos: (i) aumento de 4 (quatro) pontos percentuais e (ii) redução de 4 (quatro) pontos percentuais nas taxas de juros futuras para todo horizonte de análise. As avaliações são realizadas como parte das rotinas de gestão que objetivam manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia e apetite a risco, mesmo em situações de stress.

7. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO

	2023	2022
Créditos Tributários - IR e CS (nota 12c)	731.375	755.862
Depósitos Judiciais (i)	968.844	946.885
Impostos a Recuperar (iii)	77.880	61.097
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (nota 25e) (iv)	63.860	26.491
Devedores Diversos - País (ii)	18.511	14.986
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.266	1.224
Outros	118	124
Total	1.861.854	1.806.669
Ativo Circulante	161.635	103.922
Ativo Não Circulante	1.700.219	1.702.747
	1.861.854	1.806.669

- (i) Refere-se, principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas "Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas" (nota 14) e "Provisão para riscos e obrigações legais" (nota 15). Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 21 e 23, respectivamente).

- (ii) Representados, principalmente, por valores transferidos de operações de crédito para outros ativos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, "Floor Plan" e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$ 18.511 (R\$ 14.986 em 31 de dezembro de 2022).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

(iii) Refere-se substancialmente à crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social de anos anteriores no montante de R\$ 35.894 (R\$ 5.565 em 31 de dezembro de 2022) e antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente que juntos somam R\$ 36.675.

(iv) Refere-se, principalmente, a valor a receber de financiamento da modalidade de "Floor Plan" e CDC junto à General Motors do Brasil no valor de R\$ 52.112 (R\$ 18.521 em 31 de dezembro de 2022) e a reembolso de despesas administrativas da General Motors Financial Inc. no valor de R\$ 4.375 (R\$ 2.643 em 31 de dezembro de 2022).

8. OUTROS ATIVOS – ANTECIPAÇÕES E ATIVOS NÃO FINANCEIROS À VENDA

a) Ativos não financeiros mantidos à venda

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para a redução ao valor recuperado, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens.

	2023	2022
Bens Não de Uso Próprio	9.992	10.882
Provisão Para Redução ao Valor Recuperável	(6.235)	(3.475)
Total	3.757	7.407

b) Despesas antecipadas:

	2023	2022
Seguros Antecipados (iii)	5.199	674
Operações Securitizadas (i)	3.020	2.385
Operações de Captações Acordados com Corretoras (ii)	426	622
Outras Despesas Antecipadas	133	294
Total	8.778	3.975

(i) Refere-se às tarifas de registro de boleto de operações securitizadas com instituições financeiras.

(ii) Refere-se ao custo das operações de captações acordados com as corretoras, com uma taxa anual de 0,70%.

(iii) Refere-se a apólices de seguros pagos cujo diferimento perdura até o prazo de vencimento pactuado com a seguradora. Em 31 de dezembro de 2023 os valores de despesas com seguros representaram R\$ 1.679 (R\$ 1.412 em 31 de dezembro de 2022) (nota 20).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

9. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

Dados das Controladas	2023		Total
	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GM Corretora de Seguros Ltda.	
Patrimônio Líquido	837.919	49.415	887.334
Participação no Capital	99,99%	99,99%	

Dados das Controladas	2022		Total
	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GM Corretora de Seguros Ltda.	
Patrimônio Líquido	728.496	30.221	758.717
Participação no Capital	99,99%	99,99%	

Movimentação dos Investimentos	2023		Total
	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GM Corretora de Seguros Ltda.	
Saldo Inicial do Período	728.496	30.218	758.714
Resultado de Equivalência Patrimonial	109.423	19.192	128.615
Dividendos Distribuídos	-	-	-
Saldo Final do Período	837.919	49.410	887.329

Movimentação dos Investimentos	2022		Total
	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GM Corretora de Seguros Ltda.	
Saldo Inicial do Período	628.590	228.098	856.688
Resultado de Equivalência Patrimonial	99.906	50.600	150.506
Dividendos Distribuídos	-	(248.480)	(248.480)
Saldo Final do Período	728.496	30.218	758.714

10. ATIVO IMOBILIZADO

	2023				Total
	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistemas de Comunicação	Sistema de Processamento de Dados	Veículos	
Imobilizado de uso no início do período	875	711	4.501	8.641	14.728
Aquisições	-	107	5.825	-	5.932
Alienações	-	(2)	(127)	(3.047)	(3.176)
Depreciação	(209)	(245)	(1.884)	(2.574)	(4.912)
Imobilizado de uso no fim do período	666	571	8.315	3.020	12.572

	2022				Total
	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistemas de Comunicação	Sistema de Processamento de Dados	Veículos	
Imobilizado de uso no início do período	1.101	360	2.693	8.971	13.125
Aquisições	1	580	3.455	2.760	6.796
Alienações	(14)	(3)	(292)	(327)	(636)
Depreciação	(213)	(226)	(1.355)	(2.763)	(4.557)
Imobilizado de uso no fim do período	875	711	4.501	8.641	14.728

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

11. DEPÓSITOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição de depósitos e demais instrumentos financeiros

Instrumentos	Indexador	Remuneração	Valor da Operação		Valor Atualizado	
			2023	2022	2023	2022
Depósitos Interfinanceiros	Pós-Fixado	100,0% a 107,5% do CDI	1.240.000	500.000	1.279.983	524.868
	Prefixado	11,92% a.a a 14,28% a.a	600.000	-	636.138	-
Total			1.840.000	500.000	1.916.121	524.868
Depósitos a prazo	Pós-Fixado	95,0% a 140,0% do CDI	979.080	944.774	1.038.088	1.033.523
	Prefixado	4,85% a.a a 14,06% a.a	590.195	585.667	683.695	666.392
Total			1.569.275	1.530.441	1.721.783	1.699.915
Letras Financeiras	Pós-Fixado	100,0% a 109,0% do CDI	4.458.455	3.734.555	5.199.217	4.153.524
	Prefixado	10,67% a.a a 11,43% a.a	200.000	-	204.707	-
Total			4.658.455	3.734.555	5.403.924	4.153.524
Total de depósitos e instrumentos financeiros			8.067.730	5.764.996	9.041.828	6.378.307
Passivo Circulante			4.674.962	2.426.820	5.317.892	2.728.796
Passivo Não Circulante			3.392.768	3.338.176	3.723.936	3.649.511

b) Composição de depósitos e demais instrumentos financeiros por faixas de vencimentos

	2023				
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima 12 meses	Total
Depósitos Interfinanceiros	592.809	668.825	654.487	-	1.916.121
Depósitos a prazo	79.780	410.785	794.455	436.763	1.721.783
Letras Financeiras	16.742	628.230	1.471.779	3.287.173	5.403.924
Total	689.331	1.707.840	2.920.721	3.723.936	9.041.828
	2022				
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima 12 meses	Total
Depósitos Interfinanceiros	524.868	-	-	-	524.868
Depósitos a prazo	456.441	300.951	256.300	686.223	1.699.915
Letras Financeiras	-	579.942	610.294	2.963.288	4.153.524
Total	981.309	880.893	866.594	3.649.511	6.378.307

c) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	2º Semestre	Exercícios	
	2023	2023	2022
Letras Financeiras	(325.445)	(617.359)	(431.688)
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	(80.276)	(168.383)	(243.222)
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	(98.013)	(153.464)	(37.849)
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(913)	(1.814)	(3.373)
Total	(504.647)	(941.020)	(716.132)

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2º Semestre		Exercícios			
	2023		2023		2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes da Tributação	252.168	252.168	405.223	405.223	188.255	188.255
Alíquotas	25%	20%	25%	20%	25%	20%
Despesa de Acordo com Alíquotas	(63.042)	(50.434)	(101.306)	(81.045)	(47.064)	(37.651)
Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes						
Participações no lucro e resultado	5.439	4.351	9.076	7.261	9.747	7.798
Juros sobre capital próprio	39.098	31.278	39.098	31.278	17.313	13.851
Resultado de equivalência patrimonial	17.647	14.117	32.154	25.723	37.627	30.101
Crédito de IRPJ e CSLL anos anteriores	1.360	900	1.360	900	-	-
Provisão fiscal IRPJ	(1.607)	-	(1.607)	-	-	-
Exclusão benefício da anistia 11.491	1.499	1.199	1.499	1.199	-	-
Outras adições/exclusões permanentes	(1.963)	(1.556)	(1.292)	(511)	(1.061)	(375)
Total IR e CS Sobre Despesas Permanentes	61.473	50.289	80.288	65.850	63.626	51.375
Incentivos Fiscais (i)	(560)	-	-	-	763	-
Ajuste de majoração de CSLL	(1.359)	(899)	-	-	-	(232)
Adicional do imposto de renda	(12)	-	-	-	24	-
Total outros efeitos sobre diferenças permanentes	(1.931)	(899)	-	-	787	(232)
Despesa de IR e CS no Período	(3.500)	(1.044)	(21.018)	(15.195)	17.349	13.492
Total	(4.544)		(36.213)		30.841	

- (i) Do total dos incentivos fiscais, R\$ 326 em 2022 referem-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT, conforme disciplinado pelo RIR/99 em seus artigos 581 a 589, R\$ 250 em 2022 referem-se a doações a projetos culturais, conforme Lei Rouanet (Lei 8.313, artigo 18º), R\$ 63 em 2022 referem-se a doações ao fundo do esporte (Lei 11.438/2006, artigo 3º), R\$ 63 em 2022 referem-se a doações ao fundo do Idoso (Lei 9.250/95 artigo 1º), e R\$ 63 em 2022 referem-se a doações ao FUNCAD (Lei 9.250/95, artigo 1º). Em razão do prejuízo fiscal da empresa, não ocorreram incentivos fiscais no ano de 2023.

b) Composição do “Resultado de imposto de renda e contribuição social”

	2º Semestre		Exercícios			
	2023		2023		2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS Correntes Devidos no Período	22.768	17.839	-	-	(12.780)	(10.665)
IR e CS Correntes do Período Anterior	(1.607)	-	(248)	899	82	-
Constituição / Realização de Impostos Diferidos:	(24.661)	(18.883)	(20.770)	(16.094)	30.129	24.157
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	7.497	7.323	7.497	7.323	-	-
Provisão Para Operação de Crédito	(37.636)	(30.108)	(29.905)	(23.923)	30.711	24.569
Provisões Para Riscos Fiscais	6.785	5.428	5.618	4.494	5.748	4.599
Outras Adições Temporárias	4.862	3.890	1.892	1.513	(901)	(721)
Correção (Reversão) de Depósitos Judiciais	(6.789)	(5.416)	(6.876)	(5.501)	(5.362)	(4.290)
Superveniência de Depreciação	600	-	1.004	-	(67)	-
Total	(3.500)	(1.044)	(21.018)	(15.195)	(17.349)	(13.492)
	(4.544)		(36.213)		(30.841)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

c) Origem dos ativos fiscais diferidos:

	2023		2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL	87.121	7.323	79.624	-
Adições temporárias:				
Provisão Para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	134.505	107.604	164.409	131.527
Provisão Para Riscos Fiscais	199.921	159.624	194.304	155.130
Insuficiência de Depreciação	5.710	-	4.705	-
Outras Adições Temporárias (i)	16.427	13.141	14.535	11.628
Total de Créditos Tributários IRPJ e CSLL	443.684	287.692	457.577	298.285
Total de Créditos Tributários	731.376		755.862	

(i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos de PLR.

d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2023:

	Imposto de Renda		Contribuição Social		Valor Contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal		
2024	65.875	6.161	51.094	5.410	128.540	95.553
2025	58.960	1.336	44.206	1.913	106.415	80.477
2026	70.915	-	56.419	-	127.334	96.693
2027	120.283	-	96.226	-	216.509	164.005
2028	34.869	19.949	27.896	-	82.714	62.399
2029	1.047	23.967	837	-	25.851	19.433
2030	185	22.875	148	-	23.208	17.403
2031	354	12.833	283	-	13.470	10.079
2032	234	-	187	-	421	314
2033	3.841	-	3.073	-	6.914	5.156
Total	356.563	87.121	280.369	7.323	731.376	551.512

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 551.512 (R\$ 528.834 em 31 de dezembro 2022), calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

Os créditos tributários foram avaliados para fins de realização tomando-se em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros.

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Créditos Tributários	2022	Constituições (Realizações)	2023
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	295.936	(53.827)	242.109
Provisões Para Riscos Fiscais	349.434	10.110	359.544
Insuficiência	4.705	1.006	5.711
Outras Adições Temporárias	26.163	3.405	29.568
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	676.238	(39.306)	636.932
Créditos de Prejuízo Fiscal	79.624	7.497	87.121
Créditos de Base Negativa de Contribuição Social	-	7.323	7.323
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	79.624	14.820	94.444
Total de Créditos Tributários	755.862	(24.486)	731.376
Obrigações Fiscais Diferidas			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Sobre:			
Total das Obrigações Fiscais Diferidas Sobre Diferenças Temporárias	(219.833)	(12.377)	(232.210)
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias (nota 14)	(219.833)	(12.377)	(232.210)
Total Líquido	536.029	(36.863)	499.166
Créditos Tributários	2021	Constituições (Realizações)	2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	240.656	55.280	295.936
Provisões Para Riscos Fiscais	339.086	10.348	349.434
Insuficiência	4.774	(69)	4.705
Outras Adições Temporárias	27.785	(1.622)	26.163
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	612.301	63.937	676.238
Créditos de Prejuízo Fiscal	79.624	-	79.624
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	79.624	-	79.624
Total de Créditos Tributários	691.925	63.937	755.862
Obrigações Fiscais Diferidas			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Sobre:			
Total das Obrigações Fiscais Diferidas Sobre Diferenças Temporárias	(210.181)	(9.652)	(219.833)
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	(210.181)	(9.652)	(219.833)
Total Líquido	481.744	54.285	536.029

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Obrigações por Operações de Venda e Transferência de Ativos de Crédito (nota 6i) (i)	381.478	392.331
Valores a Pagar de Pessoal	56.554	50.356
Valor a Pagar de Sociedades Ligadas (nota 25e)	35.964	34.265
Credores Diversos - País	25.285	24.345
Valores a Pagar de Fornecedores Diversos	28.794	18.825
Valores a Repassar a Seguradoras	15.243	10.085
Total	543.318	530.207
Passivo Circulante	337.461	247.007
Passivo Não Circulante	205.857	283.200

(i) Refere-se ao passivo das cessões de crédito de operações de varejo no montante de R\$ 4.375 (R\$ 35.239 em 31 de dezembro de 2022) e FIDC no montante R\$ 377.103 (R\$ 357.092 em 31 de dezembro de 2022), conforme nota 6i.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

	2023	2022
Provisão Para Imposto Diferido Sobre Atualização de Depósitos Judiciais (nota 12e)	232.210	219.833
Provisão Para Imposto Sobre o Lucro Corrente - IRPJ e CSLL	-	23.445
Outros Impostos Indiretos a Pagar	23.931	18.751
Total	256.141	262.029
Passivo Circulante	23.931	42.196
Passivo Não Circulante	232.210	219.833

15. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais

	2023	2022
Provisões para Riscos Fiscais	846.102	828.379
Provisões para Riscos Trabalhistas	12.862	14.300
Provisões para Riscos Cíveis	19.655	13.788
Total	878.619	856.467

b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais

	2023			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no Início do Período	828.379	14.300	13.788	856.467
Constituições / (Reversões) do Período	45.598	(1.438)	5.867	50.027
Valores Pagos no Período	(27.875)	-	-	(27.875)
Saldo no Final do Período	846.102	12.862	19.655	878.619

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2022			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no Início do Período	807.183	20.184	17.379	844.746
Constituições /(Reversões) do Período	44.803	(5.884)	(3.591)	35.328
Valores Pagos no Período	(23.607)	-	-	(23.607)
Saldo no Final do Período	828.379	14.300	13.788	856.467

Obrigações Legais

Obrigações Legais: CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora.

PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

Riscos trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

c) Resumo de passivos contingentes – causas classificadas como possíveis:

	2023		2022	
	Quantidade de Processos	Montante (R\$)	Quantidade de Processos	Montante (R\$)
Fiscais	285	208.591	263	212.851
Cíveis	578	11.282	840	19.724
Trabalhistas	11	1.513	14	2.463
Total	874	221.386	1.117	235.038

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

16. RENDAS ANTECIPADAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Refere-se a recebimento antecipado de receita de campanha (equalização de taxa de juros) relativa às operações de crédito e arrendamento mercantil, no montante de R\$ 287.983 (R\$ 33.489 em 31 de dezembro de 2022), conforme nota 25e, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações na rubrica de “Receitas com Operações de Crédito” no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reconhecidos resultados de R\$ 237.466 (R\$ 133.002 em 31 de dezembro de 2022).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social está representado por 1.141.400 (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2022), expresso no montante de R\$ 2.416.479 (R\$ 2.416.479 em 31 de dezembro de 2022), sendo R\$ 2.416.470 de domiciliados no país (R\$ 2.416.470 em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 9 de domiciliados no exterior (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2022).

b) Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

No exercício de 2023 foram pagos R\$ 201.127 a título de dividendos e R\$ 156.392 a título de juros sobre o capital próprio, referente ao resultado líquido de 2023 (no exercício de 2022 foram pagos R\$ 124.170 de juros sobre o capital próprio, sendo o montante de R\$ 54.917 referente ao segundo semestre de 2021 e R\$ 69.253 referente ao segundo semestre de 2022, devidamente deliberados e aprovados pela Administração, dentro do limite permitido pelo Banco Central).

c) Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 338.046 (R\$ 362.860 em 31 de dezembro de 2022).

18. RENDAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram reconhecidas, no resultado, receitas de operações de crédito, conforme demonstrado:

	2º Semestre	Exercícios	
	2023	2023	2022
Rendas de Financiamentos	911.615	1.677.832	1.250.896
Rendas de Empréstimos	6.829	13.523	5.786
Rendas de Arrendamento Mercantil	3.618	7.513	6.343
Total	922.062	1.698.868	1.263.025

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

19. DESPESA DE PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram reconhecidas “Despesas com Pessoal”, conforme demonstrado:

	2º Semestre	Exercícios	
	2023	2023	2022
Despesas com Proventos	(43.020)	(85.058)	(90.664)
Despesas com Encargos Sociais	(19.103)	(38.634)	(36.432)
Despesas de Benefícios	(18.238)	(35.330)	(30.110)
Outras Despesas de Pessoal	(162)	(254)	(425)
Total	(80.523)	(159.276)	(157.631)

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica “Outras despesas administrativas” apresentava a seguinte composição nos períodos:

	2º Semestre	Exercícios	
	2023	2023	2022
Recorrente	(191.170)	(378.724)	(289.271)
Comissões Pagas às Concessionárias	(96.019)	(187.658)	(128.250)
Propaganda e Publicidade	(23.581)	(46.310)	(20.824)
Serviços Técnicos Especializados	(16.595)	(35.776)	(37.511)
Serviços de Terceiros	(11.198)	(23.818)	(23.050)
Sistemas de Processamento de Dados	(12.434)	(23.644)	(24.885)
Despesas com Sistema Financeiro	(11.525)	(22.691)	(22.302)
Amortizações e Depreciações (nota 10)	(2.325)	(4.912)	(4.557)
Locação de Veículos (nota 25e)	(3.956)	(4.886)	-
Emolumentos cartorários	(953)	(3.747)	(830)
Despesas Tributárias Administrativas	(820)	(3.139)	(5.423)
Sistemas de Comunicação	(1.340)	(2.545)	(3.526)
Seguros	(909)	(1.679)	(1.412)
Outras	(9.515)	(17.919)	(16.701)
Total	(191.170)	(378.724)	(289.271)

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras receitas operacionais” apresentava a seguinte composição nos períodos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2º Semestre	Exercícios	
	2023	2023	2022
Recorrente	96.859	235.510	206.272
Recuperação de Despesas	31.616	61.175	33.387
Receita de Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar	29.284	60.544	53.817
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	24.555	55.393	62.800
Reversão de Provisão Fiscal	71	29.972	21.811
Resultado na Venda de Bens Não de Uso Próprio	8.742	16.085	12.599
Outras Receitas Operacionais	535	6.293	3.674
Reversão de Provisão para Contingências Cíveis e Trabalhistas	2.056	5.380	11.986
Reversão de Provisão Operacional	-	668	6.198
Total	96.859	235.510	206.272

22. PROVISÕES

A rubrica “Provisões” apresenta a seguinte composição:

	2º Semestre	Exercícios	
	2023	2023	2022
Recorrente	(32.591)	(62.253)	(47.314)
Despesa com Provisões Fiscais	(27.211)	(52.444)	(44.803)
Provisões Cíveis e Trabalhistas	(5.380)	(9.809)	(2.511)
Total	(32.591)	(62.253)	(47.314)

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras despesas operacionais” apresenta a seguinte composição:

	2º Semestre	Exercícios	
	2023	2023	2022
Recorrente	(14.877)	(53.828)	(51.340)
Atualizações Monetárias de Contingências Fiscais	(6)	(23.126)	(19.360)
Juros e Cobrança	(10.279)	(20.496)	(22.611)
Despesa com Indenizações	(3.301)	(8.403)	(7.308)
Juros e Multas	(1.111)	(1.294)	(211)
Outras Despesas Operacionais	(180)	(509)	(1.850)
Total	(14.877)	(53.828)	(51.340)

24. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica “Despesas Tributárias” apresenta a seguinte composição:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2º semestre	Exercícios	
	2023	2023	2022
COFINS	(16.260)	(29.875)	(23.147)
ISS	(3.906)	(7.069)	(5.496)
PIS	(2.642)	(4.854)	(3.762)
Total	(22.808)	(41.798)	(32.405)

25. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de junho, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo Chevrolet Serviços Financeiros.

b) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários da Diretoria Executiva	2023	2022
Remuneração Fixa	4.151	3.013
Remuneração Variável	2.462	3.277
Total	6.613	6.290

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações – Operações de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 4.693/18, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições; e

- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:

- 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e

- 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

e) Transações com Partes Relacionadas

As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos períodos, podem ser resumidos como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023			
	Controladoras (i)	Controladas(ii)	Outras(iii)	Total
Ativo/(Passivo)	1.919	(725.343)	(342.877)	(1.066.301)
Outros Ativos (nota 7)	4.505	6.190	53.165	63.860
Captações em Depósitos a Prazo	(2.586)	(731.533)	(72.095)	(806.214)
Outras Obrigações Diversas (nota 13)	-	-	(35.964)	(35.964)
Rendas Antecipadas (nota 16)	-	-	(287.983)	(287.983)
Receita/(Despesa)	11.280	7.024	250.468	268.772
Rendas de Prestação de Serviços	11.735	70.207	25.329	107.271
Resultado de Rendas Antecipadas (nota 16)	-	-	237.466	237.466
Despesa com captação	(455)	(63.183)	(7.441)	(71.079)
Despesa com locação (nota 20)	-	-	(4.886)	(4.886)

	2022			
	Controladoras (i)	Controladas(ii)	Outras(iii)	Total
Ativo/(Passivo)	(7.524)	(689.359)	(100.969)	(797.852)
Outros Ativos (nota 7)	2.714	5.165	18.612	26.491
Captações em Depósitos a Prazo	(10.238)	(694.524)	(51.827)	(756.589)
Outras Obrigações Diversas (nota 13)	-	-	(34.265)	(34.265)
Rendas Antecipadas (nota 16)	-	-	(33.489)	(33.489)
Receita/(Despesa)	9.430	(9.550)	144.486	144.366
Rendas de Prestação de Serviços	9.947	56.774	16.649	83.370
Resultado de Rendas Antecipadas (nota 16)	-	-	133.002	133.002
Despesa com captação	(517)	(66.324)	(5.165)	(72.006)

(i) General Motors Financial Inc. e General Motors Investment Participações Ltda.

(ii) GMAC Administradora de Consórcio Ltda. e GM Corretora de Seguros Ltda.

(iii) General Motors do Brasil Ltda., GMF Serviços de Mobilidade Ltda. e GM Corretora de Seguros de Consórcio Ltda.

26. GERENCIAMENTO DE RISCO

Em consonância com à regulamentação vigente, às práticas adotadas no mercado, e às recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:

- (i) Departamento de Riscos Corporativos – Departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), liquidez, operacional, social, ambiental, climático, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da Chevrolet Serviços Financeiros. Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar à CRO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pela CRO, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disto, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*), suprimindo e reportando à CRO;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

- (ii) Risco de Crédito – Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;
- (iii) Risco Operacional – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;
- (iv) Risco de Mercado e IRRBB – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras de negociação e bancária, incluindo acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;
- (v) Risco de Liquidez – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente de indicadores como o TRF (*Time to Require Funding*), Descasamento de Taxas e Moedas, LCR, Caixa Mínimo e Concentração de Funding, conforme os limites estabelecidos adequadamente para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;
- (vi) Gerenciamento de Capital – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Chevrolet Serviços Financeiros busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;
- (vii) Riscos Social, Ambiental e Climático – De acordo com a Resolução CMN nº 4.943/21, o risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum; o risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

incluindo o uso excessivo de recursos naturais; e o risco climático é definido em duas vertentes: o risco climático de transição é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e o risco climático físico é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controles e mitigar estes riscos, quando presentes nas suas atividades e operações. Esta estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na RAS, e também a garantir o devido aproveitamento de oportunidades sociais, ambientais e climáticas identificadas na condução de seus negócios;

- (viii) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Chevrolet Serviços Financeiros está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de *Compliance* da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;
- (ix) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;
- (x) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequadas, ou de falta destas, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;
- (xi) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de *rating*, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;

- (xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.
- (xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles atrelados, além das respectivas respostas a situações de interrupção ou indisponibilidade prolongada de infraestrutura ou de operação das áreas de negócio da Chevrolet Serviços Financeiros, buscando evitar o estabelecimento de cenários de crise. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos em termos de probabilidade e magnitude do impacto da perspectiva de continuidade.
- (xiv) Risco País – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17 (alterada pela Resolução do CMN nº 5.089/23), define-se o risco país como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a eventos relacionados a jurisdição estrangeira, incluindo também: o risco soberano, no caso de exposição assumida perante governo central de jurisdição estrangeira; e o risco país indireto, no caso de evento relacionado a jurisdição estrangeira diversa daquela onde está localizada a contraparte ou o emissor de instrumento mitigador de risco associado a exposição assumida pela instituição, quando a contraparte ou o emissor possam ser significativamente impactados pelo respectivo evento. O Risco País é levado em consideração no Gerenciamento Integrado de Riscos pela Instituição, mas sua exposição atualmente não é considerada relevante.
- (xv) Risco de Transferência – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17 (alterada pela Resolução do CMN nº 5.089/23), define-se o risco de transferência como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos recursos necessários à liquidação de obrigação perante a instituição, no caso em que esses recursos estejam localizados em jurisdição diversa daquela onde será realizada a respectiva liquidação. O Risco de Transferência é levado em consideração no Gerenciamento Integrado de Riscos pela Instituição, mas sua exposição atualmente não é considerada relevante.

27. ÍNDICE DE BASILEIA

De acordo com as Resoluções nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 31 de dezembro de 2023 foi de 26,24% (34,20% em 31 de dezembro de 2022).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
PR - Patrimônio de Referência	2.660.081	2.691.709
Capital Social, Reavaliações e Reservas de Lucro	2.754.525	2.779.338
Ajuste Prudencial	(94.444)	(87.629)
Ativos Ponderados Pelos Riscos (RWA)	10.136.833	7.870.919
Risco de Crédito (RWACpad)	9.617.005	7.318.431
Privado Bancário	8.431.508	6.293.289
Privado Não Bancário	467.473	273.945
Público Não Bancário	718.024	751.197
Risco Operacional (RWAOpad)	519.828	552.488
PR Mínimo Obrigatório para RWA	810.947	629.674
Margem sobre o PR mínimo requerido sem RBAN	1.849.134	2.062.035
Capital para cobertura de risco de taxa de juros da carteira bancária	189.746	142.620
Margem sobre o PR mínimo requerido com RBAN	1.659.388	1.919.415
Adicional de Conservação de Capital	253.421	196.773
Índice de Basileia	26,24%	34,20%

28. OUTROS ASSUNTOS

Contingência passiva remota - Dedutibilidade de ágio

Conforme determina o CPC 25, não há obrigatoriedade de constituição de provisão, tão pouco de divulgação de contingências passivas classificadas como remotas, ainda assim, estamos realizando a divulgação, por boas práticas e transparência, que o Banco discute judicialmente a glosa da dedutibilidade de ágio gerado em operação societária ocorrida em 2004 e deduzida nas bases de IRPJ e CSLL nos anos de 2005 a 2009 e 2012, no valor de R\$ 433.899, cuja expectativa de perda dada ao caso por seus assessores legais é remota.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 - com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

Adicionalmente, em 2023 foram emitidas a Resolução CMN nº 5.100 e a Resolução BCB nº 352, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/2021, que incluíram alguns conceitos e critérios contábeis sem mudanças significativas na implementação, exceto pela aplicação do Capítulo V, que trata da Contabilidade de Hedge, cuja vigência foi postergada para 1º de janeiro de 2027.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Plano para implementação:

Durante o exercício de 2023, o Banco realizou diversas iniciativas, tais como:

- (i) o mapeamento das alterações normativas, áreas e sistemas impactados;
- (ii) a definição de pontos focais, papéis e responsabilidades para cada frente de trabalho;
- (iii) a instalação de governança e reporte das ações planejadas; e
- (iv) a aprovação de orçamento para as iniciativas que visam o pleno atendimento aos novos requisitos.

Dentre os principais tópicos da norma que requerem adequação aos quais o Banco avalia que são alterações significativas, estão:

- **Stop accrual:**

Regra Vigente: Interrupção do reconhecimento de juros de operações vencidas a mais de 59 dias de atraso.

Alteração Resolução CMN nº 4.966/2021: 90 dias de atraso ou antes, se o ativo for considerado “ativo problemático” (estágio 3).

- **Provisão para perdas:**

Regra Vigente: 9 ratings e rolagem por atraso com base na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Alteração Resolução CMN nº 4.966/2021: Perdas esperadas em 3 estágios com pisos mínimos definidos pelo Banco Central. Os pisos mínimos são qualificados como perda incorrida. Montantes de provisão acima dos pisos mínimos são qualificados como de perdas esperadas.

- **Baixa para prejuízo:**

Regra Vigente: Após 180 dias em rating H (360 dias de atraso no total).

Alteração Resolução CMN nº 4.966/2021: Quando a entidade não tiver expectativa de recuperação.

- **Taxa de juros efetiva:**

Regra Vigente: Receitas e despesas de originação são reconhecidas de imediato.

Alteração Resolução CMN nº 4.966/2021: Devem ser diferidas e controladas como parte integrante da taxa de juros efetiva, quando assim qualificadas.

Mudança no Plano de Contas das Instituições Financeiras

O Banco Central do Brasil, através da Resolução BCB nº 320 de 31 de maio de 2023, alterou a estrutura do Plano de Contas, cuja vigência iniciará em 01 de janeiro de 2025. Concomitante

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

à resolução e visto à necessidade das mudanças no plano, diversas Instruções Normativas BCB foram instituídas (no. 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432 e 433) emitidos em 1º de dezembro de 2023.

O Banco tem acompanhado as mudanças através das seguintes adoções:

- mapeamento de sistemas impactados que demandarão mudanças;
- preparação de suporte com os vendedores de sistema; e
- criação de contas de controle para atendimento às novas segregações contábeis devidas à Resolução CMN no. 4.966 de 25 de novembro de 2021.

